

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO CONTÁBIL DA SUSEP (CCS)

25/outubro/2016 (INÍCIO – 10h, TÉRMINO – 12h)

PARTICIPANTES:

Susep

Diogo Abranches de Albuquerque

Elder Vieira Salles (Coordenador Geral da CGMOP)

Gabriel Almeida Caldas

Marcos Gonçalves Visgueiro

Thiago Pedra Signorelli (Coordenador da Comoc)

CNseg

Getúlio Guidini

Luiz Pereira de Souza

Fenseg

Jorge de Oliveira Junior

Laênio Pereira dos Santos

Fenaprevi

Javier Miguel López

Fenacap

João Augusto S. Xavier

Fenaber

Fredi Martins Curquejo

Ibracon

Roberto Paulo Kenedi

ABERTURA

A reunião foi aberta pelo Coordenador-Geral da CGMOP, que iniciou os trabalhos dando as boas-vindas aos presentes. Em seguida, foi iniciada a pauta proposta.

1. ASSUNTOS EM DISCUSSÃO

1.1 Mudança nos requisitos que obrigam à constituição do Comitê de Auditoria

O Coordenador-Geral da CGMOP informou que em função da minuta da nova norma que trata do cálculo do patrimônio líquido ajustado (PLA) houve a alteração da base para constituição do comitê de auditoria, que utilizará o patrimônio líquido como parâmetro. Em vista disso, entende que é necessário avaliar se os critérios estabelecidos na norma estão adequados e se é necessário a revisão dos valores ou dos parâmetros que servem de base para a sua obrigatoriedade.

O representante do Ibracon se manifestou favorável à manutenção da obrigatoriedade de constituição do comitê e considera que deve ser debatido se o patrimônio líquido e as provisões técnicas são os fatores mais importantes para justificar essa exigência.

1.2 Reconhecimento de Receita dos contratos de seguro e dos títulos de capitalização.

O Coordenador da Comoc retomou o assunto destacando a proposta de que a receita seja reconhecida considerando o regime financeiro em que cada produto é estruturado.

O representante da CNseg sugeriu que a Susep apresentasse uma proposta sobre o tratamento a ser dado de forma a facilitar o trabalho de discussão do assunto junto às federações.

Foi destacado que o tema deveria ser estudado de forma mais abrangente considerando que é tratado também pela fase II do IFRS 4. Dessa forma, foi proposta a criação de um grupo de trabalho sobre o novo IFRS, no qual seria dada prioridade à discussão sobre o reconhecimento de receitas.

Os representantes da comissão concordaram com a criação do grupo e irão indicar os representantes para a reunião de março.

1.3 Revisão do CPC 11. Aplicação do IFRS 9 em conjunto com o IFRS 4.

O coordenador da Comoc frisou que o CPC provavelmente manterá as duas opções: adoção da abordagem de sobreposição ou a isenção temporária. No entanto, reiterou sua posição de que não há justificativa técnica para a primeira opção.

O representante da CNseg informou que foi criado um grupo de trabalho que irá discutir o assunto internamente.

2 Outros assuntos

2.1 Próxima reunião da CCS

O Coordenador da Comoc questionou os representantes da comissão sobre a necessidade de se manter a reunião de novembro, uma vez que os assuntos em pauta exigem uma discussão mais ampla e não haveria tempo para as federações debaterem os assuntos internamente.

Os representantes concordaram com a ponderação e ficou definido que será mantida a reunião conjunta com a comissão atuarial em dezembro, mas que a próxima reunião da CCS será em março de 2017.

Próxima Reunião : 13/12/16 (Reunião Conjunta CCS e CAS)

Hora: 10:00h **Local:** Av. Presidente Vargas, 730, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ